

Um esclarecimento sobre o *Dicionário de Historiadores Portugueses (1779-1974)*.

Publicou a Professora Miriam Halpern Pereira no número 62 da revista *Ler História* (2012) uma recensão crítica sobre a parte já dada a conhecer do *Dicionário de Historiadores Portugueses*, tornada pública nos sítios electrónicos da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa (cerca de 50 entradas disponíveis em <http://dichp.bnportugal.pt/index.htm>). Agradeço este valioso contributo que será devidamente ponderado entre consultores e membros da comissão de revisão científica do projecto editorial, pois enriquece um debate útil. Contributo que é tanto mais de saudar, quanto sucede num meio cultural em que, lamentavelmente, a crítica de ideias escasseia e tudo se personaliza. Não raro, em lugar de crítica encontra-se mero ataque pessoal ou, ao invés, confunde-se pensamento crítico independente – sempre necessário - com ataque pessoal. É pois com gosto que respondo à recensão de Miriam Halpern Pereira.

Importa desde já lembrar que o Dicionário é uma obra colectiva em desenvolvimento, aberta a sugestões e contributos críticos – há um e-mail disponível para a sua recepção – que aliás começou por ser usado pela autora da referida recensão. Começo por relembra os critérios deste projecto editorial.

Na planificação de um *Dicionário* com estas características, o primeiro problema com que nos confrontámos foi o dos modos de tratamento do campo historiográfico. Ao invés de outros dicionários, não se trata apenas de um dicionário de autores. A par da constituição de uma larga relação de biografias intelectuais de historiadores, impunha-se criar um leque muito variado de entradas temáticas com vista a explorar domínios específicos em que se foi especializando a disciplina desde meados do século XIX: história política, história económica, história social, história cultural, história regional e local, história da arqueologia, história do cinema, história da música, teoria da história, incluindo temáticas que nos últimos decénios têm adquirido especial destaque: biografia, história da história, nacionalismo e história, opinião pública e história e história e género. Por outro lado, o campo historiográfico não vive isoladamente, antes interage com outras ciências humanas, com cidadania e política. Pretende-se assim colocar a disciplina em relação com aquelas ciências - traçando visões de conjunto e balanços críticos dos nexos que se foram desenvolvendo com territórios específicos - alargando a compreensão das suas interacções com a antropologia, a sociologia, a economia, a geografia, a linguística e não só (daí constarem entradas temáticas como Antropologia e História, Demografia e História, Sociologia e História, Geografia e História, História do Direito, Literatura e História, Memórias e Autobiografias, Património e História, etc.). Na certeza de que a história

faz parte da galáxia das humanidades e das ciências sociais – sempre me pareceu artificial separá-las. Deve salientar-se que a estrutura do presente *Dicionário*, para além de visar fornecer ao leitor um repositório actualizado de contributos e tendências, foi delineada a partir de uma preocupação de fundo: estimular o debate crítico sobre os caminhos recentes da historiografia portuguesa. A responsabilidade de reavaliar o património científico da disciplina é inseparável da solidez inerente à verdadeira inovação.

Outro problema: a definição do perfil intelectual dos autores: dever-se-iam considerar apenas historiadores no sentido tradicional do termo? Essa seria uma opção restritiva: do historiador académico e profissional dos dias de hoje ao ensaísta de temas históricos e, nos seus antípodas, o autodidacta interessado na história local, passando pelo sábio erudito cultor de saberes específicos há toda uma variedade de perfis que não podia ser esquecida numa iniciativa deste tipo. Tanto mais que em Portugal, até tarde no século XX, dominou o autodidactismo na formação dos historiadores – até mesmo de alguns dos mais inovadores. Não podia ignorar-se a relevância de um conjunto de instituições – universidades, academias, arquivos, bibliotecas, imprensa periódica – na formação e afirmação dos historiadores. Nem tão pouco correntes historiográficas que – goste-se ou não - marcaram os intelectuais portugueses e estrangeiros que se dedicaram à escrita da história: donde, entradas dedicadas a *Annales*, Estruturalismo, Integralismo Lusitano, Liberalismo, Marxismo, Positivismo, Seara Nova e Tradicionalismo.

Tendo em consideração este conceito alargado de dicionário, uma questão central se levantou: o da definição das suas balizas cronológicas. Idealmente, poder-se-ia partir da tradição cronística medieval que remonta ao século XIV (Fernão Lopes, que Miriam Halpern Pereira prefere é um marco excepcional mas insere-se numa tradição anterior que não pode ser omitida), e assim abarcar a cultura histórica nacional desde os remotos tempos da sua formação. Todavia é evidente que empresa de tal magnitude só poderia ser levada a cabo por uma equipa bem maior – e num tempo muito mais amplo. Daí a ideia de, para já, nos concentrarmos numa cronologia que medeia entre a criação da Academia das Ciências (1779) e os últimos anos do Estado Novo. E aqui discordo de Miriam Halpern Pereira. Sem dúvida, Alexandre Herculano ocupa um lugar à parte, há muito assinalado desde o seu tempo e, no século XX, entre outros, por António Sérgio, Vitorino Magalhães Godinho ou António José Saraiva. Mas significa isso que deva constituir ponto de partida na dicionarização dos historiadores portugueses contemporâneos? Não se pode esquecer que a Academia das Ciências representou uma significativa renovação dos estudos históricos dentro de um conceito

de história crítica, de base documental, em que se formou o próprio autor da *História de Portugal*. Lembrem-se apenas dois nomes ligados à Academia, que o próprio Herculano considerava seus mestres: João Pedro Ribeiro e António Caetano do Amaral. O primeiro, nos seus exercícios de investigação e crítica histórica, já recusava o milagre de Ourique. E o segundo apresentara uma inovadora proposta de História de Portugal. Lembrem-se ainda as relevantes colecções editadas com a sua chancela: a *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa* (1790-1824), as *Memórias de Literatura Portuguesa* (1792-1814), os *Portugaliae Monumenta Historiae*, e as posteriores colecções de Memórias – apesar de todas as vicissitudes por que passou esta sociedade científica. Como compreender a prática historiográfica do próprio Herculano sem convocar aquelas grandes figuras dos finais do século XVIII e primeiras décadas do século seguinte, esquecendo Coelho da Rocha (professor de Direito na Universidade de Coimbra que ele tanto admirava) e grandes figuras da emigração liberal em Inglaterra que, na verdade, foram pioneiros na construção de uma narrativa liberal e laica do percurso histórico nacional - José Liberato Freire de Carvalho e Rocha Loureiro, entre outros?

No que respeita aos princípios do decénio de 1970 como *terminus*, duas razões, sustentam a escolha desta conjuntura. Em primeiro lugar, a publicação do marcante *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão (1963-1971), que terminava a sua publicação já no marcelismo, em 1971. Indiscutivelmente, constituiu um momento de grande relevância na historiografia portuguesa do século XX - ponto de chegada de uma série de esforços de renovação que remontavam aos anos 40 e ponto de partida para novos empreendimentos - que logo teve grande impacte nas universidades e mesmo no ensino liceal dessa época. Em segundo lugar, a baliza de 1974 não é apenas política ou meramente simbólica. O fim da ditadura e o início da democracia em Portugal traduzir-se-ia em novas condições de exercício do ofício historiográfico, numa verdadeira explosão na procura dos cursos superiores de ciências humanas e, em especial, de História, sem esquecer, sobretudo a partir dos anos 80, o incremento de um processo de internacionalização bem mais acentuado, com número crescente de jovens a doutorar-se em universidades estrangeiras, na Europa e na América. Aumentou então exponencialmente o número de professores no ensino universitário e o número de publicações históricas e, a partir de 1982, entravam em funcionamento os primeiros cursos de mestrado. O *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa 1974-1994* (coorden. M.H. Cruz Coelho, M.M. Tavares Ribeiro e J. Ramos de Carvalho, Coimbra: 1995) bem revela essa nova realidade. No *Repertório* contabilizou-se um número total de 651 autores! A partir dos anos 70 e 80 entrava-se decididamente num outro tempo, também no campo historiográfico.

Seria desejável prolongar o *Dicionário* até ao final do século XX como sugere Miriam Halpern Pereira? À primeira vista poder-se-ia considerar opção enriquecedora abarcar o passado mais próximo. Mas se assim fosse, teríamos que incluir grande número de historiadores que se estream nas últimas décadas e cujas obras ainda se encontram em desenvolvimento, num tempo de grande produtividade mas também de fragmentação de orientações e métodos. Alguns deles provavelmente não produziram sequer ainda o melhor que podem oferecer. Entrar-se-ia num terreno movediço, em que a arbitrariedade seria dificilmente evitável (muitos colaboradores do *Dicionário de Historiadores Portugueses* teriam que lá estar representados e seriam convocados a escrever sobre os seus pares). E porquê o final do século XX como baliza final que Miriam Halpern Pereira propõe? Alguma transformação profunda ocorreu então no campo historiográfico? Não se percebe. Note-se aliás que o Dicionário francês que a historiadora cita, o *Dictionnaire biographique des historiens français et francophones* (2004), dirigido por Christian Amalvi, tem características muito diversas, as biografias são em geral muito mais breves, espalhando-se de Grégoire de Tours (séc. VI) até Georges Duby (1919-1996), mas é muito selectivo. O *Dicionário Akal de Historiadores Españoles Contemporáneos (1840-1980)* (2002), de Gonzalo Pasamar e Ignacio Peiró Martín (este último consultor do Dicionário que coordeno), abarca um período mais curto, aliás perfeitamente justificado, incluindo apenas os historiadores nascidos até 1936. E há dicionários no mundo anglo-saxónico de âmbito cronológico e/ou temático ainda mais restrito.

Em contacto com a Professora Miriam Halpern Pereira (ainda antes de a sua crítica ter sido publicada), lembrei-lhe que para os historiadores que se estream nos anos 60/princípios dos anos 70 será mais adequado tratar os seus contributos no âmbito de uma entrada geral intitulada - "Renovação da historiografia nos decénios de 1960/70"- nela chamando a atenção não só para as tendências que então se afirmam mas para as obras mais relevantes dessa época e os respectivos autores. Muitos deles continuam, felizmente activos e a produzirem obras marcantes. Mas Miriam Halpern Pereira preferiu não ter em consideração esta ideia. E antes apontar os nomes que não se encontram ainda na relação de historiadores nos sítios electrónicos da Biblioteca Nacional e do Centro de História. Pena não ter tido em conta a intencionalidade das entradas temáticas – em que justamente se pedirá aos colaboradores que também considerem as orientações historiográficas que se afirmaram nos últimos decénios (sem contudo se enveredar por particularizações) .

Desde o princípio optou-se por incluir os historiadores que produziram obras de relevância científica até 1974. Discutível? Será sempre discutível. Mas é um critério

coerente. Note-se: a relação é provisória numa obra em construção. Nela já se podem encontrar, a título indicativo, alguns dos autores que se afirmaram nos anos 60 e que viriam, posteriormente, a ter projecção. Oportunamente a lista de entradas nominais será alargada. Para já privilegiaram-se autores falecidos ou com obras firmadas até essa época. Ausência, não significa inexistência. Está aliás a ser desenvolvida investigação na imprensa periódica dos séculos XIX e XX que poderá levar à redescoberta de autores esquecidos e à sua eventual inclusão no Dicionário. Na cultura histórica portuguesa são frequentes modas e esquecimentos. No entanto, nos últimos decénios, a história cultural tem vindo a revelar-nos surpresas: lembre-se, a título de exemplo, Silva Cordeiro, quase ignorado até ao final dos anos 70, quando Amadeu Carvalho Homem lhe dedicou um estudo pioneiro.

Mais pertinentes se afiguram as sugestões da historiadora no sentido de alargar o leque de historiadores brasileiros que estudaram o Brasil colonial - e foram muitos, pois a explosão dos estudos relativos ao Brasil dos séculos XIX e XX é posterior aos anos 70 (donde, a selecção terá que ser criteriosa, sempre tendo em conta o critério da relevância científica e da influência que exerceram, também em Portugal: para tanto contaremos com o conselho imprescindível de colegas de universidades brasileiras, onde a teoria da história e a história da historiografia tem dado grandes passos desde os finais do século passado). Ou no sentido de incluir autores que estudaram a história colonial portuguesa, entre outros H. Baumann, David Birmingham, René Pélissier, Basil Davidson ou, acrescentemos, Eric Axelson, James Duffy e R.J.Hammond, embora exista uma entrada temática sobre “Colonialismo e história”. Ou de introduzir um motor de busca por nomes ou temas para que se possa cruzar informação.

Agradecemos ainda a lembrança de outros nomes que não constavam na relação do Dicionário - Acúrsio das Neves, Rómulo de Carvalho, Mário Soares - sugestões muito bem vindas. Insisto, o *Dicionário de Historiadores Portugueses* é uma obra em aberto. A vantagem de ser dada a conhecer *on line* é precisamente a de poder ser revista e melhorada até à sua publicação em livro – como é dito na apresentação - mas parece ter sido esquecido na crítica. Um historiador do direito, um historiador da música, historiadores das religiões, eruditos locais, notarão outras ausências – até ao infinito. Mas um dicionário deste tipo tem que resultar sempre de um trabalho de selecção (impensável seria, para darmos um exemplo extremo, incluir todos os autores que escreveram história local). Daí a relevância das já referidas entradas temáticas em dois grandes campos A) Historiografia e Ciências Humanas e B) Correntes historiográficas. E ainda entradas sobre Instituições e Periódicos. O que não é frequente em dicionários neste campo. Quanto mais se aprofundar a investigação que já se está a empreender

nas publicações periódicas que constam na lista do *Dicionário* (e noutras) –, mais haverá nomes em falta. Parece paradoxal? De modo algum.

Uma última nota: o grande investimento de uma larga e competente equipa de colaboradores, alguns deles doutorandos e pós-doutorandos - que, note-se, não são pagos - nunca será um desperdício. Além de nomes consagrados, o projecto editorial do *Dicionário de Historiadores Portugueses* mobiliza jovens investigadores que têm dado um contributo relevante para que se alargue o conhecimento da cultura histórica portuguesa. E a Biblioteca Nacional de Portugal não necessitará deste dicionário para firmar a boa imagem que tem vindo a construir ao longo dos últimos anos: veja-se a abertura à comunidade científica nacional e internacional, a programação cultural, e a notável qualidade do seu sítio electrónico. O Dicionário valerá pelos horizontes novos de conhecimento que puder abrir à comunidade científica e a todos os leitores interessados.

Fevereiro de 2013
Sérgio Campos Matos